



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EDUARDA DE LUCENA MIRANDA RIBEIRO SOARES

A ECONOMIA DO CUIDADO E O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL:
discussões conceituais e reflexões sobre o caso brasileiro recente

Caruaru-PE

2023

EDUARDA DE LUCENA MIRANDA RIBEIRO SOARES

A ECONOMIA DO CUIDADO E O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL:

discussões conceituais e reflexões sobre o caso brasileiro recente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel/licenciado em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia Social;
Estatística de gênero.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins (NG-CAA/UFPE)

Caruaru-PE

2023

A economia do cuidado e reprodução social: discussões conceituais e reflexões sobre o caso brasileiro recente

Care economy and social reproduction: conceptual discussions and considerations on the contemporary Brazilian case

Eduarda de Lucena M R Soares¹

RESUMO

A Economia do Cuidado se caracteriza pelas atividades - remuneradas ou não - realizadas por pessoas, mulheres em sua maioria, que se dedicam a promover as condições adequadas à sobrevivência, bem-estar e educação de outras. E pode se dividir em duas vertentes teóricas, onde, uma trata o cuidado como *nurturance* - relacionando-o diretamente com atividades baseadas no amparo de dependentes como crianças, idosos e enfermos. E a outra, que será utilizada como base para fins de realização deste trabalho, vai além da definição anterior, incluindo também atividades de reprodução social, que em algumas ocasiões dispensam o vínculo emocional. Frequentemente a Economia do Cuidado é socialmente invisibilizada, o que dificulta a sua mensuração, a contabilização de sua contribuição. O trabalho proposto terá por objetivo, a partir de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, a discussão das possibilidades da contribuição da Economia do Cuidado. Uma vez definidas as suas bases teóricas, procurará delimitar as atividades características da economia do cuidado (com ênfase na economia brasileira contemporânea – mais especificamente, uma análise histórica na qual se expõe como se deu o desenvolvimento das atividades de cuidado no Brasil); e delimitar critérios de estimação dos custos do processo de cuidar – ou da reprodução social, procurando contribuir para a visibilidade desse tipo de trabalho.

Palavras-chave: Economia do Cuidado. Reprodução social. Trabalho não remunerado. Mensuração. Contas satélites.

ABSTRACT

The Care Economy is characterized by activities - paid or unpaid - carried out by people, mostly women, who are dedicated to promoting adequate conditions for the survival, well-being and

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: eduarda.lucenar@ufpe.br.

education of others. And it can be divided into two theoretical lines, in which, one treats care as nurturance – relating it directly to activities based on the support of dependents such as children, the elderly and the ill. And the other, in which this paper is based on, goes way beyond the previous definition, also including activities of social reproduction that sometimes dispense emotional bond. Often the Care Economy is socially invisible, which makes it difficult to measure and account for its contribution. The proposed term paper will aim, from exploratory and bibliographic research, to discuss the possibilities of the contribution of the Care Economy. Once its theoretical bases are defined, it will seek to delimit the characteristic activities of the care economy (with emphasis on the modern Brazilian economy – specifically a historical analysis which sets out how the development of care activities took place in Brazil) and delimiting criteria for estimating the costs of the care process - or social reproduction, seeking to contribute to the visibility of this work.

Keywords: Care Economy. Social Reproduction. Unpaid Work. Measure. Satellite Accounts.

DATA DE APROVAÇÃO: 20 de setembro de 2023.

1 INTRODUÇÃO

A Economia do Cuidado (também chamada *care* ou *care work*) se caracteriza pelas atividades - remuneradas ou não - realizadas por pessoas, em sua maioria mulheres, que se dedicam a promover as condições adequadas à sobrevivência, bem-estar e educação de outras (MENA, 2020). E pode se dividir em duas vertentes teóricas, onde, uma trata o cuidado como *nurturance* - relacionando-o diretamente com atividades baseadas no amparo de dependentes como crianças, idosos e enfermos. E a outra, que será utilizada como base para fins de realização deste trabalho, vai além da definição anterior, incluindo também atividades de reprodução social, que em algumas ocasiões dispensam o vínculo emocional. (PEREIRA; FONTOURA; PINHEIRO, 2016).

O trabalho de reprodução social é realizado no espaço doméstico, não possui remuneração e é condicionado às mulheres, tendo como finalidade a reprodução da vida, ao promover as condições necessárias para garantir a manutenção diária do trabalhador e a criação dos futuros trabalhadores, condições essas, que vão além do cuidado face a face também enquadrando, por exemplo, serviços de limpeza e preparo de refeições. A Teoria da Reprodução Social teve sua origem na obra de Marx para se referir ao processo de reprodução da totalidade

do modo de produção capitalista. E posteriormente, foi adotada pela vertente feminista do marxismo, nos termos atualmente conhecidos. (BHATTACHARYA, 2013).

Historicamente, a mulher pertencente à classe dominante foi colocada sob o domínio masculino, de forma que fosse possível mantê-la financeiramente dependente para que o sistema conseguisse tirar proveito da base do seu trabalho sem que fosse necessário impor nenhum privilégio jurídico adicional para explorar a mão de obra não remunerada. As mulheres da classe trabalhadora, por outro lado, eram exploradas dentro e fora de casa, servindo como mão de obra barata, integrantes do exército industrial de reserva, e consideradas pelos contratantes como trabalhadoras incompletas (ENGELS, 2019).

Silvia Federici (2019) argumenta que a naturalização da realização das atividades de cuidado como obrigação feminina, contribuiu para o não reconhecimento destas como um trabalho. Ou seja, os capitalistas pintaram a imagem do serviço de cuidado como uma “linguagem do amor” de caráter maternal, para que fosse aceitável trabalhar sem remuneração. Quanto aos serviços de cuidado remunerados, foram de certa forma marginalizados devido à invisibilização do trabalho de quem cuida, e por esse motivo, em sua grande maioria recebem salários baixos.

Outro fator contribuinte para a invisibilidade do trabalho de cuidado, seria a ainda muito difundida associação destes trabalhos de cuidado a um trabalho improdutivo. Haveria, portanto, segundo o argumento que sustenta essa associação, uma separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, em uma conjuntura exclusiva do sistema capitalista, onde a atividade de reprodução perde o seu caráter público. A partir de então, a figura feminina será ligada ao espaço privado e ao trabalho reprodutivo, e a figura masculina será ligada à esfera pública e ao trabalho produtivo (FURNO, 2015).

Com as transformações sociais e econômicas ocorridas por volta dos anos 1970, as mulheres passaram a ocupar o mercado de trabalho e a dividir as despesas da casa com os homens. Isso aconteceu sem que houvesse grandes alterações na dinâmica das atividades domésticas, onde as mulheres seguem presas em uma relação de poder e hierarquia.

As desigualdades de gênero se manifestam em aspectos diversos, tais como: a) a divisão sexual do trabalho que mantém as mulheres no âmbito doméstico ou as joga em ocupações que reproduzem o modelo doméstico no ambiente de trabalho; b) a escassez de oportunidades para educação e emprego para mulheres; c) o acesso a empregos instáveis e mal pagos; d) a responsabilidade da dupla ou até tripla jornada de trabalho; e) a presença de níveis inferiores de saúde e bem-estar; f) a participação limitada no processo de decisão familiar e social e g) sua limitada autonomia pessoal. (Gurovitz, 2003, p. 54)

De acordo com o relatório publicado pela Organização Internacional do Trabalho² (OIT) em 2019, as mulheres realizam cerca de $\frac{2}{3}$ de todo trabalho de cuidado remunerado, e $\frac{3}{4}$ da quantidade total de trabalho não remunerado de cuidado no mundo. Ademais, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) do mesmo ano, demonstram que as mulheres brasileiras possuem uma média de 21,4 horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e/ou tarefas de cuidado de pessoas, enquanto os homens possuem média de 11 horas, apresentando uma diferença de 10 horas e 24 minutos.

Dados de pesquisa realizada pelo Instituto SOS Corpo³ demonstram que 71% das mulheres que realizam tarefas em casa não contam com a ajuda masculina e 58% consideram que quando os homens estão em casa eles aumentam as tarefas de trabalho, fato que foi ainda mais evidenciado no período de quarentena da pandemia da Covid-19. Nesse contexto, como bem coloca Stancki (2003), a divisão sexual do trabalho deixa de ser vista como um processo natural, e passa a ser vista como uma expressão da assimetria das relações entre homens e mulheres.

O trabalho realizado tem maior enfoque no setor não remunerado da economia de cuidado, a fim de atingir a raiz do problema da invisibilização dessas atividades como um todo, através da discussão sobre inclusão de indicadores sociais de mensuração. Já que a falta de dados sobre a realização do trabalho não remunerado contribui e intensifica a permanência da invisibilização e a falta de reconhecimento dessas atividades.

Nordhaus (2000) considera que as contas do PIB são incompletas, fazendo com que isso leve ao erro na interpretação de dados, pela omissão desses nas atividades que são realizadas fora do mercado, que não inclui apenas o trabalho não remunerado, como também o valor do tempo de lazer, investimentos em capital humano e meio ambiente. Este autor destaca que a falta de pesquisas sobre o uso do tempo representa o vazio mais significativo no sistema estatístico federal.

É importante ter em mente que o processo de produção exige a preexistência do trabalho de reprodução social, já que não existe mão de obra sem a manutenção do trabalhador, portanto, não é possível pensar a produção social de forma exclusiva. Levando em consideração a necessidade de dar visibilidade às mulheres que são responsáveis por um papel tão vital dentro de qualquer modelo de sociedade, e assim, auxiliando na busca pela inclusão do recorte de gênero na elaboração de orçamentos públicos e na redução da jornada de trabalho. Assim sendo,

² *Prestação de cuidados: trabalho e profissões para o futuro do trabalho digno.*

³ *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres, 2014.*

o trabalho será baseado no seguinte problema: É possível mensurar o trabalho doméstico não remunerado, integrando-o ao sistema de preços?

O presente artigo tem por objetivo geral discutir os possíveis critérios de mensuração da contribuição do setor não remunerado da economia do cuidado à atividade econômica. Este objetivo geral encaminha os seguintes objetivos específicos: apresentar a economia do cuidado; suas bases teóricas; delimitar as atividades características da economia do cuidado (com ênfase na economia brasileira contemporânea).

2 METODOLOGIA

A pesquisa da qual resulta o presente trabalho pode ser caracterizada como exploratória - visto que “tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo mais explícito” (GIL, 2016, p. 27). Ou seja, “é um tipo de pesquisa que tem como principal objetivo o fornecimento de critérios sobre a situação-problema enfrentada pelo pesquisador e sua compreensão” (MALHOTRA, 2001, p. 106). Essas pesquisas têm como principal objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, novas ideias. Assim, a pesquisa foi fundamentalmente bibliográfica, elaborada com base em material já publicado, na literatura pertinente sobre os temas apresentados na introdução.

O trabalho se divide entre seções onde serão analisadas a economia do cuidado e a reprodução social; e a possibilidade de atribuição de valor às atividades reprodutivas e de cuidado não remunerado. A primeira parte do artigo trata-se de uma discussão sobre os conceitos de Economia do Cuidado e Reprodução Social. A segunda parte consiste em uma análise histórica onde se expõe como se deu o desenvolvimento das atividades de cuidado no Brasil. Enquanto na terceira parte está exposto uma análise sobre critérios de mensuração do trabalho não remunerado, onde se objetiva discutir sobre possíveis métodos de contribuição para a visibilidade desse tipo de trabalho. Encerram o artigo breves considerações finais.

3 DISCUSSÃO CONCEITUAL: Reprodução Social e Economia do Cuidado

O termo “reprodução social”, surge na obra de Marx como uma das dimensões fundamentais para construção da vida em sociedade, aborda a reprodução do capital em um sentido amplo, onde, a totalidade do processo de reprodução poderia se resumir na seguinte frase: “O verdadeiro ciclo do capital industrial, em sua continuidade, não é apenas a unidade dos processos de circulação e produção, mas a unidade de todos os seus ciclos”. (Marx, 2015, p. 194) - onde (I - compra de meios de produção e força de trabalho; II - produção; III - venda).

Em *A Ideologia Alemã*, o trabalho reprodutivo/de cuidado foi considerado como o pressuposto de toda a existência humana, que está baseada no pilar da satisfação de necessidades básicas e na (re)produção de trabalhadores saudáveis e com habilidades sociais. Vejamos como foi ilustrado:

Devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (Marx; Engels, 2007, p. 32-33)

Porém, apesar de reconhecer a importância histórica para a realização deste trabalho, Marx desconsidera a sua contribuição para o alcance do objetivo da sociedade burguesa de produzir e gerar mais valia ao apoiar-se sobre a exploração da mão de obra trabalhadora. Tomando essa linha de pensamento como base, em Marx, o trabalho reprodutivo estaria fora da lógica do capital, por ser conceituado enquanto um trabalho de existência pré-capitalista.

Portanto, dado que a metodologia de Marx se propõe a analisar como a história se transforma a partir da contradição entre as classes, o trabalho doméstico e de cuidado não foi tratado na sua obra como sendo definido no interior do modo de produção capitalista. Segundo ele, dentro do contexto de análise da produção capitalista, deveriam ser considerados os conceitos inerentes ao sistema de produção, sem reavaliar o que é produtivo de forma a-histórica, buscando a análise da diferença essencial – o capital - observada sob contexto histórico.

(...) quando se fala em produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social - da produção de indivíduos sociais. Desse modo, poderia parecer que, para poder falar em produção em geral, deveríamos seja seguir o processo histórico de desenvolvimento em suas distintas fases, seja declarar por antecipação que consideramos uma determinada época histórica, por exemplo, a moderna produção burguesa, que é de fato o nosso verdadeiro tema. No entanto, todas as épocas da produção têm certas características em comum, determinações em comum. A produção geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. (Marx, 2011, p. 56-57)

Por volta dos anos 1970, com o debate sobre o trabalho doméstico e as lutas por emancipação feministas, alguns pontos da obra de Marx passam a ser questionados. Nesse contexto, são trazidas à tona questões relativas à produtividade em Marx – sendo o trabalho

produtivo aquele que gera mais valia para o capitalista, e o trabalho improdutivo aquele que produz somente o equivalente ao seu salário.

Marx reconhece a importância do trabalho produtivo na sustentação do sistema capitalista, ao afirmar a dependência da existência do trabalho produtivo para a manutenção do sistema (como gerador de mais valia), e estabelece que o *trabalho doméstico não remunerado* (aqui considerado improdutivo), apesar de ter importância no funcionamento do sistema capitalista não é inerente a ele.

O conflito de ideias se materializa entre os marxistas clássicos e as feministas autonomistas, onde, os primeiros reconheciam a luta de classes como restrita ao local de trabalho, e a opressão doméstica foi reduzida à dinâmica econômica estabelecida na maioria dos lares, onde as mulheres eram financeiramente dependentes de seus maridos, gerando posteriores interpretações marcadas pelo reducionismo de classe. Já as feministas autonomistas, criticavam os pensadores marxistas pelo não reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado como trabalho produtivo (FERGUSON, 2019). A questão que se coloca é: estando a mulher ambientada em um trabalho não mercantil, produzindo valor de uso sem valor de troca, pois o fruto de sua produção será consumido pela própria família, ela estará sofrendo *opressão* no que diz respeito à dinâmica familiar, porém, isso não a impede de ser também *explorada* pelo capital na realização desse trabalho.

O Quadro 1 traz argumentos do debate sobre a função econômica do trabalho reprodutivo realizado nos anos 1970, abordando como a relação entre as esferas de produção e reprodução afeta a geração de valor e se o trabalho é produtivo ou improdutivo, além de resgatar a visão clássica e de pioneiros na abordagem do tema.

Quadro 1 - Debate sobre a função econômica do trabalho não remunerado: breve revisão

Engels (2019)	Fez uma analogia, onde chamou o homem de burguês e a mulher de proletária, ao comparar a relação familiar com a dinâmica de produção capitalista. Ao passo que, assume a condição de opressão das mulheres através da dependência econômica que estas possuíam dos homens, desconsiderando o papel que o sistema capitalista exerce sob essa dinâmica.
Marx (2013)	Apesar de reconhecer que existe uma importância histórica quando se fala em reprodução da força de trabalho, para ele, a concepção de trabalho no sistema capitalista estava restrita ao trabalho gerador de mais-valia. Pois, segundo ele, a opressão capitalista se dá com base na produção do capital por meio da expropriação do valor do trabalho do proletário pelos donos dos meios de produção.
Benston (1969)	A autora considerava que o trabalho doméstico era essencial para o funcionamento da sociedade capitalista, porém tinha a sua função econômica ocultada por não fazer parte da lógica do mercado. Segundo ela, através da realização deste trabalho as mulheres seriam as responsáveis por produzir valor de uso em todas as atividades do lar e, por esse motivo, estruturalmente não possuíam a responsabilidade de participar do trabalho assalariado. Como a participação feminina no mercado era considerada transitória, ela considerava as mulheres como um grupo

	social com características que se assemelham às de um exército industrial de reserva, onde, em momentos de escassez de mão de obra, se submetiam a condições inferiores de trabalho.
Dalla Costa; James (1972)	Foram pioneiras no debate sobre o reconhecimento do trabalho realizado na esfera doméstica como parte integrante do modo de produção capitalista, dado que, contribuía para a produção e reprodução da força de trabalho masculina que alimenta a acumulação de capital, portanto, segundo elas, constituiria em um trabalho produtivo gerador de mais valia. Além disso, defendiam a criação de um salário para as donas de casa, levando em consideração que, por já exercerem um papel produtivo cuja mais valia é apropriada pelos homens, as mulheres não deveriam se sujeitar a uma nova exploração dentro do mercado de trabalho assalariado.
Secombe (1975)	Argumentava que o trabalho doméstico é uma forma de trabalho essencial no sistema capitalista, porém, conforme tradição marxista, sustentava que as atividades cotidianas que envolvem a manutenção da força de trabalho do trabalhador e a reprodução biológica não são suficientes para caracterizá-lo como produtivo. E que embora o trabalho doméstico crie valor (de uso) ao contribuir para a reprodução da força de trabalho, ele não está sujeito à lei do valor.

Elaboração da autora, com base no texto de Gelinski e Pereira (2005)

Em resposta a esse debate, a socióloga Lise Vogel defendia uma concepção unitária, questionando essa “Teoria de Sistemas Duplos” - pensamento dualista, baseado na ideia de que feministas são habilitadas a lidar com gênero, enquanto marxistas são habilitados a lidar com classe - com o estabelecimento de uma nova vertente feminista, o feminismo marxista, que é de onde partirá o conceito atual de reprodução social. (RUAS, 2020)

Vogel ([1983] (2013)) irá sugerir, portanto, a perspectiva da reprodução social enquanto uma teoria unitária, ao relacionar a opressão das mulheres com o capitalismo, de forma que, tal problema possa ser tratado como uma totalidade, se opondo àquela divisão, onde, a produção e a reprodução eram analisadas como partes diferentes de algo, não relacionando, contudo, as duas esferas.

A autora resgatou contribuições de Marx e Engels - apesar de considerar a existência de erros, falhas e omissões importantes em suas obras - com o objetivo de analisar a opressão das mulheres através das relações sociais capitalistas. Ao questionar como a mão de obra (mercadoria especial) é produzida e reproduzida na sociedade, Vogel localiza o trabalho de reprodução da vida como um trabalho que é gerado dentro do ambiente familiar, de forma não capitalista, ou seja, sem a supervisão direta do capital, e por essa razão, o trabalho de reprodução social é improdutivo, pela lógica do trabalho produtivo conceituado em Marx, na qual o valor do trabalho é medido pelo tempo socialmente necessário para a produção.

A maior diferença entre a análise de Vogel e dos outros autores citados está no fato de que, apesar de considerar o trabalho reprodutivo como improdutivo sob a ótica do capital, a partir de uma base teórica mais robusta ela reconhece o trabalho doméstico não remunerado como sendo um instrumento de opressão utilizado pelo capitalista para gerar força de trabalho que, posteriormente, irá se transformar em mais valia.

Portanto, segundo ela, o condicionamento das atividades do lar às mulheres não se resume à opressão que se dá dentro das famílias, pelo contrário, é originada pelas consequências da organização capitalista e como ela se relaciona com o trabalho reprodutivo ao manter as mulheres numa posição de dependência, para que possam manter a renovação do sistema de produção.

O pensamento defendido por Vogel foi mal-recebido na época de sua publicação, porém, teve o debate resgatado décadas depois, e influenciou uma nova geração de intelectuais do feminismo marxista, que irão nomear essa corrente de pensamento como Teoria da Reprodução Social (TRS). Atualmente a discussão segue sem unanimidade quanto à questão do papel do trabalho de reprodução na sociedade capitalista, porém o debate se insere principalmente a partir de um recorte feminista, de pesquisadoras marxistas ou autonomistas.

De forma que, as primeiras estudam o trabalho de reprodução por uma ótica de trabalho pré-capitalista, sem desconsiderar a importância deste na reprodução do capital, e observando a relação entre o salário e a opressão doméstica. Ao passo que as segundas defendem que há a necessidade de abordar o papel do trabalho reprodutivo como uma atividade especificamente capitalista, que ao criar a mercadoria força de trabalho, produz valor; e criticam a falta da inclusão da análise do trabalho reprodutivo nas obras marxistas (RUAS, 2020).

Quadro 2 - O debate recente sobre a função econômica do trabalho não remunerado

Federici (2017)	Defende que a posição subordinada que as mulheres ocupam na sociedade (de serem responsáveis pela manutenção e reprodução da vida) é mantida devido a criação de valor gerada pelo trabalho não pago que é executado por elas. Portanto, para ela, este seria um trabalho produtivo, dado que, é o responsável por produzir a peça mais importante para garantir o funcionamento do capitalismo, o trabalhador. E assim como Dalla Costa e James, defende a criação de salários para as donas de casa.
Bhattacharya (2019)	Para a autora, a TRS percebe o capitalismo como um sistema unitário que, consegue integrar com êxito, ainda que desigualmente, o âmbito da reprodução e produção, implicando na interferência de uma esfera na outra no caso de mudanças. Exemplificando: “Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar” (BHATTACHARYA, 2019, p. 104).
Ferguson (2019)	Discípula de Vogel, entende que a TRS deve ser analisada através da relação entre trabalho e gênero, que leva a uma maior compreensão de classe. Para ela, o trabalho reprodutivo é improdutivo, apesar do capital depender dos processos biológicos específicos da mulher para garantir a reprodução da classe trabalhadora, a fim de produzir mercadorias e gerar mais valor.

Elaboração da autora.

Assim, chegamos ao conceito atual da Teoria da Reprodução Social, elaborado pelas feministas marxistas. Em definição de Barbara Laslett e Johanna Brenner (1989), o trabalho de

reprodução social engloba especificamente o contexto de atividades, comportamentos, emoções e responsabilidades que são necessárias para manter a vida, essas atividades podem ser físicas ou mentais, até mesmo emocionais e são necessárias para que a população viva e seja mantida. Criam as condições necessárias para o trabalhador trabalhar, por exemplo, estar alimentado, saudável, com roupas limpas e com certos talentos sociais que facilitem a sua vida. Exigindo ainda, cuidado familiar de crianças, adolescentes e idosos.

Já a economia de cuidado aborda um conceito mais amplo, que envolve setores remunerados (cuidadoras e empregadas domésticas - no espaço domiciliar - e enfermeiras, assistentes sociais e auxiliares de serviços gerais - no espaço público) e não remunerados (trabalho de reprodução social).

Os serviços de cuidado, no passado, eram realizados majoritariamente por mulheres e sob modalidade gratuita. Com o passar do tempo, algumas das atividades de cuidado se desenvolveram enquanto profissão, sendo mercantilizadas e externalizadas, como consequência da inserção da mulher no mercado de trabalho e do envelhecimento da população (HIRATA, 2016). De forma que, fossem “valorizadas” ao sair do âmbito doméstico, porém, apesar dessa valorização, seguem sendo tratadas como formas de trabalho inferiores, possuindo baixa remuneração. Quanto às atividades não remuneradas, permaneceram sem reconhecimento.

De acordo com definição do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD apud. OIT, 2019, p. 8), "o trabalho de cuidado é definido em sentido lato, como consistindo em atividades e relações que implicam a satisfação das necessidades físicas, psicológicas e afetivas de pessoas adultas e crianças, pessoas idosas e jovens, fragilizados e fisicamente aptos". Essa definição reconhece, portanto, a amplitude das atividades de cuidado, como atividades de amparo (cuidado direto) e manutenção de outras pessoas (cuidado indireto).

4 O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE CUIDADO NO BRASIL (2001 - 2020)

O trabalho de cuidado é inerente a qualquer tipo de sociedade, portanto, sempre vai existir, considerando o caráter dependente que o ser humano apresenta durante as diferentes fases da vida. Por esse motivo, não há como delimitar o ponto inicial das atividades que o compõem, porém, há de se reconhecer que essas atividades foram organizadas de maneiras diferentes em diversos lugares ao longo da História.

Com a consolidação do sistema capitalista, por volta do século XIX, esposas de burgueses foram isoladas da sociedade em um movimento de internalização do trabalho doméstico, onde era atribuído valor moral/social às mulheres que cuidavam do lar. Por outro lado, a sociedade capitalista não abriu mão do trabalho das mulheres das camadas inferiores, a quem era imputada uma jornada de trabalho estendida, extraíndo o máximo de mais valia absoluta, ao utilizar-se de uma inferiorização social vivenciada há séculos. (SAFFIOTI, 1978)

A nova dinâmica social, familiar e doméstica da sociedade brasileira foi organizada, portanto, a partir do cenário da exploração colonial e da imposição do modelo de organização capitalista. Na família burguesa, a mulher se mostrava digna de valor ao desempenhar o papel de mãe e esposa dedicada, proporcionando um lar acolhedor e filhos educados. A chamada *família patriarcal brasileira*⁴ foi estabelecida, portanto, sob o comando do pai (detentor de poder) que administrava seus dependentes, agregados e escravos. (D'INCAO, 2004)

Nas famílias de classes mais baixas, em muitos casos, o salário do marido não era suficiente para suprir as despesas da casa. Assim, as mulheres da classe trabalhadora brasileira sofriam a degradação moral de “se afastar do seu lugar natural” para poder garantir a sobrevivência da família. (FONSECA, 2004)

Contudo, devido à escravização dos povos originários e negros, a distinção entre as mulheres brasileiras não se dá apenas entre classes, estendendo-se também à questão racial. A estrutura econômica brasileira atual se apoia, portanto, sobre os pilares dessa exploração, se traduzindo na face de quem representa o serviço de cuidados no país.

Termos como “ama de leite”, “mãe preta” e “mucama”, remetem àquelas que, escravizadas, amamentavam e cuidavam das crianças e das casas dos colonizadores, grande parcela de suas descendentes, tornaram-se nos dias de hoje trabalhadoras que vivem à margem do sistema, executando tarefas como limpeza de espaços públicos e privados, expondo-se à inalação de produtos químicos e degradação do próprio corpo para proporcionar a outras pessoas maior liberdade de utilização do tempo. (VERGÈS, 2020)

Por esse motivo, a luta das mulheres brancas e das mulheres pretas se apresenta em muitos aspectos como lutas distintas, a exemplo: enquanto a luta das primeiras, por volta dos anos 1960, rondavam em torno da busca pelo trabalho exercido fora de casa e pela

⁴ Descrita por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*.

independência econômica. As segundas reivindicavam o fim do trabalho doméstico exclusivamente gratuito⁵, e o reconhecimento da dupla jornada de trabalho.

Assim, pode-se dizer, que além da desigualdade homem/mulher, a questão de classe e raça encontra-se no seio da sociedade brasileira, onde, apesar da subjugação da mulher branca em relação ao marido ou ao patrão, este fato não a impede de participar do racismo estrutural e institucional que a privilegia. (CASTRO, 2020)

Segundo dados divulgados pelo IBGE-PNAD contínua, no ano de 2020, as mulheres representavam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico remunerado, das quais mais de 65% eram negras - resultado da terceirização e racialização desse tipo de trabalho. Além disso, no trabalho doméstico não remunerado, as mulheres pretas e pardas também são maioria, representando uma parcela de 55,8% em relação ao número total de mulheres.

Portanto, na análise de estatísticas de gênero, não se deve considerar mulheres e homens como grupos homogêneos, pois dentro desses grupos existe a interação com outras dimensões, grupos e categorias, tais quais, idade, escolaridade, raça/etnia, religião, deficiência, orientação sexual e status de cidadania (se habita área rural ou urbana). (IBGE, 2014)

Por volta dos anos de 1970 e 1980, as estatísticas oficiais do Brasil eram consideradas inadequadas. As atividades domésticas e de cuidado não eram sequer contabilizadas como atividade econômica, a mulher que declarava os afazeres domésticos como sua principal atividade, era considerada economicamente inativa. Apenas no ano de 1990, houve uma reformulação do conceito de trabalho na PNAD, incluindo autoconsumo, consumo familiar e trabalho voluntário, e posteriormente, no ano de 2001 foram incluídas na PNAD anual questões relativas aos afazeres domésticos (BRUSCHINI, 2007). Além disso, no ano de 2016, as questões sobre cuidado foram separadas dos afazeres domésticos.

Tabela 1 - Média de Horas Semanais Dedicadas a Afazeres Domésticos pela População de 16 anos ou mais de idade, por Sexo - Brasil, 2001 a 2019

Ano	Homem	Mulher	Ano	Homem	Mulher
2001	11,2	30,9	2011	11,2	27,7
2002	10,9	28,9	2012	10,8	25,4
2003	11	28,2	2013	10,7	25
2004	10,9	27,1	2014	10,9	25,3

⁵ Dentro desse contexto, como a luta feminista branca tinha mais visibilidade e mais reconhecimento, dentre outros motivos que envolvem o interesse capitalista, as políticas de redução da desigualdade foram direcionadas ao trabalho assalariado realizado fora de casa sem considerar a luta por salários dignos para as trabalhadoras domésticas remuneradas.

2005	10,1	26,9	2015	10,8	24,4
2006	10,3	26,4	2016	11	20,9
2007	10,6	27,2	2017	10,8	20,9
2008	10	25,4	2018	10,9	21,3
2009	10,5	26,6	2019	11	21,4

Fonte: IBGE, PNAD Contínua. Elaboração da autora

A inclusão desse questionário permitiu que fosse possível discutir de forma mais abrangente a divisão do tempo de trabalho doméstico entre homens e mulheres. Na tabela abaixo, é possível observar que, entre 2001 e 2019, houve uma queda de 30,74% no tempo despendido pelas mulheres na realização de trabalhos domésticos, porém, esse declínio em nada se relaciona à divisão mais justa do trabalho doméstico, dado que, o tempo dedicado pelos homens aos afazeres domésticos se manteve constante durante quase todo o período analisado, apresentando apenas pequenas alterações.

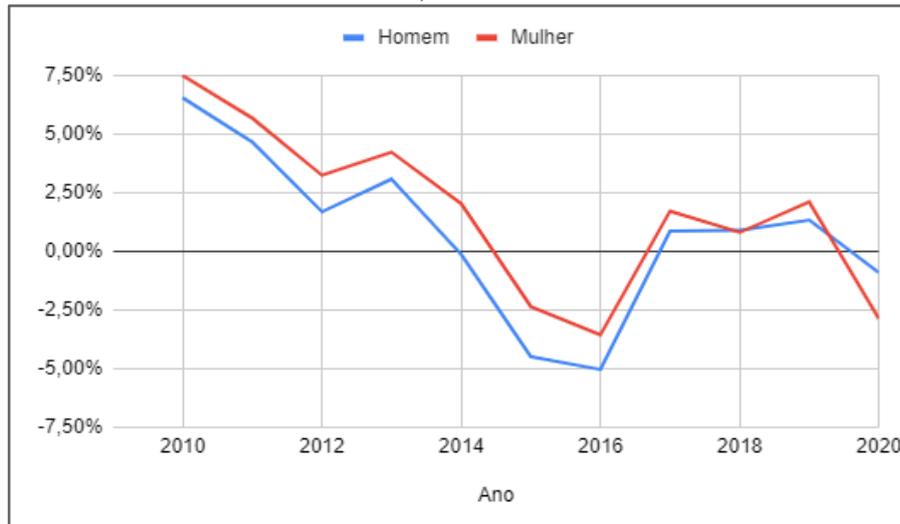
Mas é causado principalmente pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, desencadeando três situações: a terceirização das atividades para outras mulheres, o aumento no consumo de eletrodomésticos, e o aumento no consumo de fast foods e comidas congeladas⁶. Apesar de todos esses fatores, no ano de 2019, ainda existia uma disparidade de mais de 10 horas semanais entre o tempo gasto por mulheres e por homens na realização das atividades domésticas.

A Figura 1 representa a variação do pessoal ocupado assalariado no Brasil. Observe que no período analisado, o crescimento da participação feminina no mercado é superior quando comparada ao dos homens, o que significa dizer que, apesar de ter uma participação inferior, conforme o passar do tempo - muito lentamente - elas têm se feito mais presentes no mercado de trabalho.

O maior crescimento da participação feminina no mercado de trabalho se deu entre os anos de 1960 e 2000, e desde então houve uma desaceleração. Em 2009, a mão de obra feminina representava 41,87% do total da mão de obra ocupada em trabalho assalariado no país. Em 2020, a mão de obra feminina representava 44,28% do total, com aumento de apenas 2,44 p.p. com 11 anos de diferença, de forma que, os homens apresentaram uma queda da participação na mesma proporção ao aumento feminino, e assumindo 55,72% dos cargos, assim, ocupam 11,44% de cargos assalariados a mais que as mulheres.

⁶ Segundo dados da nova Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, divulgados em 2020, entre 2008/2009 e 2017/2018 houve uma redução no consumo de arroz (9,8 p.p.) e feijão (12,4 p.p.) e um aumento no consumo de fast food, como sanduíches e pizzas (6,5 p.p.).

**Figura 1 - Variação do pessoal ocupado assalariado com relação ao ano anterior (%)
Brasil, 2010 - 2020**



Elaboração da Autora. Fonte: IBGE, PNAD anual (2009 - 2015); PNAD Contínua 2016-2020).

A crise econômica que abrangeu o Brasil entre 2014 e 2016 conferiu um traço distinto à Figura 1, pois é onde a diferença entre entrada e saída de homens e mulheres no mercado aparece mais acentuada. Isso se dá porque em períodos de crise há uma maior tendência de haver baixa em setores que empregam mais os homens (ex: indústria e construção civil), o que não acontece em setores que empregam mais mulheres (ex: setor de serviços e educação).

Essas mulheres acabam sendo pouco representadas em setores formais que tipicamente apresentam melhores remunerações. No setor de construção, por exemplo, no ano de 2021 as mulheres ocupavam apenas 3,62% dos cargos, enquanto os homens ocupavam os outros 96,38%. Já nos serviços domésticos (remunerados), no mesmo ano, as mulheres estavam ocupadas em 91,8% dos cargos, enquanto os homens ocupavam 8,2%.

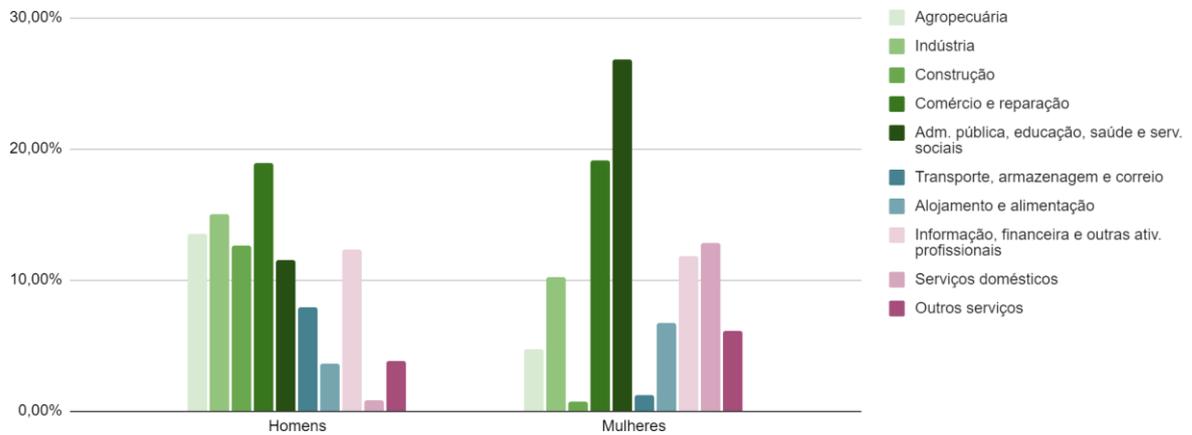
Ainda analisando esses mesmos setores (Figura 2) no mercado de trabalho formal, constata-se que em 2021 setor de construção contava com apenas 0,67% da mão de obra feminina presente no mercado e 12,63% da mão de obra masculina. Enquanto os serviços domésticos estão representados por 12,75% da força de trabalho feminina e 0,8% da força de trabalho masculina.

Esses grupos de atividades são os que possuem mais discrepância na distribuição entre homens e mulheres, além dos setores de agropecuária e indústria, que possuem maioria significativa de mão de obra masculina. Podemos observar ainda, que enquanto os homens apresentam uma melhor distribuição entre os diversos setores, as mulheres estão concentradas em áreas mais específicas.

Com a pandemia de covid-19, houve um aumento de empregos nos setores de indústria e construção civil (mantido através do home office), enquanto nos setores de serviços (possuem contato direto com pessoas), que emprega mais mulheres, houve uma baixa devido ao período de isolamento social. De forma geral, o número de homens ocupados assalariados caiu 0,9%, enquanto a queda entre as mulheres foi de aproximadamente 2,9%, onde, 71,9% dos postos de trabalho perdidos no período eram ocupados por mulheres.

Em períodos de crise o aumento do desemprego e o aumento do trabalho informal é diretamente proporcional ao aumento da informalidade, “mesmo antes da pandemia, a crise econômica já havia provocado o deslocamento da mão de obra do trabalho formal para o informal”. (Melo; Morandi, 2021b, p. 114)

Figura 2 - Distribuição da população ocupada no setor formal, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%) – (2021)

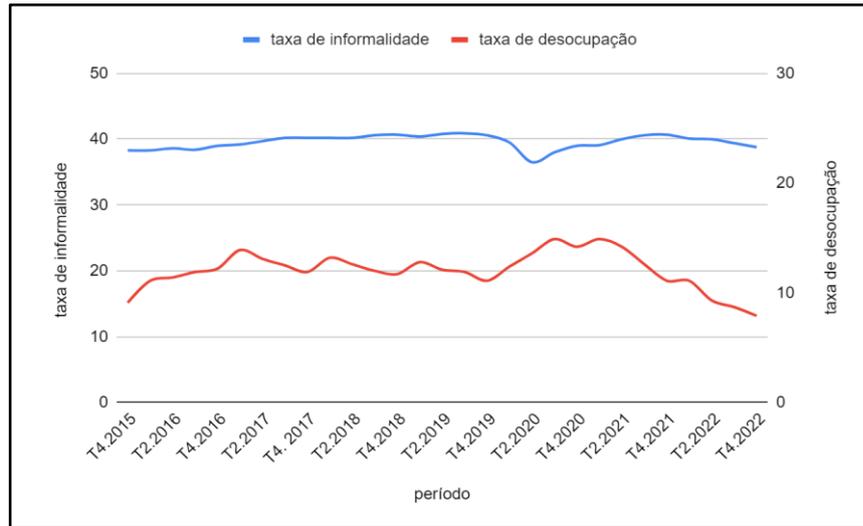


Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2021.

A pandemia foi um caso excepcional porque, devido ao isolamento social, enquanto havia aumento de desemprego, houve queda no setor de informalidade, como demonstra a Figura 3, entre o último trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2020, fazendo com que mulheres percam qualidade de vida por não terem acesso à renda ou terem sua renda reduzida, além de, por estarem cada vez mais se tornando financeiramente responsáveis pela família, o impacto é repassado também para a qualidade de vida dos seus dependentes.

Figura 3 - Taxa de desemprego e de informalidade⁷ (%) - Brasil, 4º trim. 2015 - 4º trim. 2022

⁷ Em períodos de crise o aumento do desemprego e o aumento do trabalho informal é diretamente proporcional ao aumento da informalidade. Pandemia foi caso excepcional, devido ao isolamento social.



Fonte: IBGE, PNAD contínua.

No período pós-pandemia, a condição de desocupação continua atingindo mais acentuadamente as mulheres, que representavam 54,7% do total da população fora da força de trabalho, no final de 2022, e a taxa de desocupação foi de 9,8%, enquanto os homens registraram 6,5% no mesmo período.

5 SOBRE OS CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO DO TRABALHO NÃO REMUNERADO

A padronização das medidas de atividades econômicas é feita pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN), através de um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis, permitindo a análise econômica, tomada de decisões e formulações de políticas. Nas estatísticas nacionais a valoração dos bens e serviços é feita tomando como base os preços de mercado. Todos os *bens* são considerados mercantis, incluindo aqueles que são para autoconsumo, pois considera-se a existência de mercado, de forma que seja possível atribuir valor através do preço que são transacionados.

Já os *serviços*, podem ser mercantis ou não mercantis, o objetivo da sua produção pode ser a venda no mercado ou o fornecimento de serviços à coletividade, quando mercantis são contabilizados nas contas nacionais, o que nem sempre é o caso quando o serviço não é comercializado, pois são excluídos dos cálculos os serviços que não possuem atividades semelhantes com preços definidos no mercado (ex: defesa nacional, poder judiciário, etc.). (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007)

Serão contabilizados todos os bens, incluindo a produção para autoconsumo; todos os serviços mercantis; as atividades não remuneradas de serviços prestados à comunidade (quando

possível); os serviços habitacionais consumidos pelas famílias proprietárias e ocupantes e os serviços domésticos, quando remunerados.

Não são contabilizados os serviços domésticos e de cuidados executados por conta própria e sem remuneração. Desta forma, o impacto do valor econômico e social do trabalho reprodutivo, nas famílias, empresas e nação, não é reconhecido estatisticamente, da mesma forma que não se reconhece a “pobreza de tempo” feminina, que as torna cidadãs de segunda classe na estrutura social.

O que nos leva a refletir sobre o modo que a teoria econômica trata o trabalho doméstico e como isso se relaciona com a maneira que os economistas pensam o papel da mulher no funcionamento do sistema, dado que essa é uma atividade predominantemente feminina. (MELO; SERRANO, 1997)

A partir da constatação desse fato, as organizações internacionais propuseram a criação de um dispositivo/indicador que traduza como a população distribui seu tempo, a fim de identificar potenciais conexões entre o tempo e a subordinação da mulher ao capital e ao homem, posteriormente, estabelecendo o reconhecimento do valor de produção do trabalho doméstico não remunerado (TDNR) e adicionando essa informação à produção dos lares - que já é reconhecida pelo SCN (através da criação de Contas Satélites).

4.1 Pesquisas de uso do tempo

Tais pesquisas almejam captar de forma empírica comportamentos não perceptíveis por pesquisas domiciliares tradicionais, os estudos nesta área baseiam-se em questionários sobre o tempo despendido em atividades específicas ou em *diários de uso do tempo*⁸ para o registro do tempo dedicado a todas as atividades ao longo das 24 horas. Podem ser realizadas de diversas maneiras, dependendo de quem será o foco da pesquisa (segmento populacional ou grupo de atividade em particular) e do período de tempo a ser analisado (típico: dia da semana, ou atípico: fim de semana, feriado).

A realização de pesquisas voltadas ao uso do tempo se inicia em meados dos anos 1900, embora seus objetivos diferissem dos observados nos dias de hoje. Possuíam o intuito de trazer clareza à organização do tempo das famílias espalhadas ao redor do mundo, com o intuito de retratar o impacto da longa jornada de trabalho no tempo de lazer da família trabalhadora, objetivando a sua redução.

⁸ As informações obtidas a partir deste formato de pesquisa retornam um retrato mais fiel das atividades realizadas, pois eliminam os problemas de estimativa de tempo oriundos da necessidade de se recorrer à memória nos quesitos fechados. (FONTOURA et al., 2010, p. 42)

Em 1960, o sociólogo Alexander Szalai publica o primeiro estudo comparativo multinacional sobre o uso do tempo denominado *O Uso do Tempo: atividade diárias da população urbana e suburbana em/nos doze países*⁹, que, como o título sugere, possuía o objetivo de comparar o uso do tempo em atividades diárias da população ao redor do mundo. Apenas por volta de 1970, esse tipo de pesquisa passa a ser utilizada com o objetivo de evidenciar a importância do trabalho doméstico não pago. (ARAYA, 2003)

A partir de então, as pesquisas de uso do tempo passaram a se proliferar, principalmente nos países desenvolvidos, e foram elevadas a nível mundial pela *Organização das Nações Unidas* - ONU, através da propagação dos seus ideais e objetivos. Foi o caso da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher realizada em Pequim, no ano de 1995, que introduziu o estudo do tempo ao redor do mundo, com a divulgação do seguinte objetivo estratégico:

- A.4. Desenvolver metodologias baseadas no gênero e realizar pesquisas voltadas para o problema da feminização da pobreza
- 68. Medidas que as organizações nacionais e internacionais de estatística devem adotar:
 - b) elaborar meios estatísticos apropriados para reconhecer e tornar visível, em toda a sua extensão, o trabalho da mulher e todas as suas contribuições para a economia nacional, incluindo o setor não remunerado e o lar, e examinar a relação entre o trabalho não remunerado da mulher e a incidência da pobreza e a vulnerabilidade das mulheres à pobreza.

A partir da proposição dessa medida a Comissão Estatística da ONU solicitou a elaboração de uma classificação internacional. Desenvolve-se, portanto, a *Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas sobre o Uso do Tempo* (Icatus) no ano de 1997, a fim de promover a padronização internacional na contagem do tempo das atividades diárias da população.

Na América Latina, houve alguns avanços durante os primeiros dez anos que sucederam a Conferência de Pequim, porém a realização de pesquisas e módulos sobre o uso do tempo nos países da região só ganharam força em 2006, após a criação do Grupo de Trabalho de Estatísticas de Gênero (GTEG) na Conferência de Estatística das Américas (CEA) realizada pela CEPAL, que deu impulso ao processo de harmonização estatística no continente, conforme medida proposta pela ONU (BARAJAS, 2016)

Em 2010, foi elaborado o documento *Diretrizes e referências para harmonizar as pesquisas de uso do tempo na América Latina e no Caribe*. E no ano de 2015, foi adotada pela

⁹ Título original: The Use of Time: daily activities of urban and suburban population in the twelve countries

CEPAL a Classificação de Atividades de Uso do Tempo para a América Latina e o Caribe (CAUTAL), como uma ferramenta para o planejamento, processamento, apresentação e análise das pesquisas de uso do tempo na América Latina.

Atualmente dezenove países realizam e/ou realizaram pesquisas independentes sobre o uso do tempo, ou acrescentaram módulos ou baterias de perguntas em pesquisas sobre domicílios e emprego, são eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Dentre esses países, sete¹⁰ não realizavam nenhum tipo de investigação sobre a divisão de tempo da população antes da criação do GTEG, os demais, utilizavam métodos com pouco aprofundamento, com exceção do México, que possui um histórico de experiência neste campo, com a primeira *Pesquisa Nacional sobre o Uso do Tempo (Enut)* realizada em 1998.

Sua implementação foi orientada pelo Instituto da Mulher do México, enquanto sua aplicação prática corresponde ao *Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI)* que o executa como um módulo da Pesquisa de Rendimentos e Despesas Familiares. Destaca-se ainda, a participação das instituições mexicanas acima citadas na criação do GTEG em parceria com a CEPAL e a ONU mulheres, auxiliando na divulgação de tópicos de discussão sobre a importância desse tipo de pesquisa nos outros países latino-americanos

Segundo Melo e Morandi (2021a), as pesquisas de uso do tempo - apesar de serem o principal método para a mensuração do trabalho não pago realizado no interior das famílias - podem estar subestimando a geração de riqueza pelo trabalho não pago, pois (1) não conseguem captar o tempo gasto na supervisão dos cuidados; (2) não são pesquisados todos os membros da família, impossibilitando a medição direta de valor por tipos de família; (3) poucas pesquisas incluem perguntas sobre as características dos gastos de consumo, sobre os ativos domésticos disponíveis para auxiliar as tarefas, como por exemplo, o uso de eletrodomésticos que reduzem o tempo gasto nas atividades doméstica, ou sobre as condições de saúde de seus membros. Sugerem, portanto, a incorporação de contas satélites ao SCN, aprimorando a metodologia dessas pesquisas.

4.2 Contas Satélites

Conforme definição do IBGE, as Contas Satélites “permitem a elaboração de análises sobre o perfil e a evolução de um determinado setor, de forma comparável ao total da economia

¹⁰ Colômbia, Chile, Honduras, Panamá, Peru, República Dominicana, Venezuela.

medido pelas Contas Nacionais”. Assim sendo, elaborar uma conta satélite para traduzir os impactos do trabalho não pago significa estimar o seu valor monetário na forma de porcentagem do PIB, graças a atribuições monetárias ao trabalho estimado em horas. (VELAZCO; VELAZCO, 2016)

Ou seja, as pesquisas de uso do tempo possibilitam a construção dos dados das contas satélites, que por sua vez, possibilitam a transmissão de uma melhor imagem dos padrões de uso do tempo de diversas categorias sociais, permitindo dimensionar a contribuição adicional que os membros do lar fazem para a economia nacional e o bem-estar social através da realização do trabalho doméstico não remunerado. (FONTOURA et al., 2010)

No ano de 2017, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) publicou o *guia sobre valoração do trabalho doméstico não-remunerado*, com o intuito de oferecer um guia metodológico para orientar os institutos de pesquisas nacionais na seleção e aplicação de métodos de valoração do trabalho de serviços na produção para uso próprio através da utilização de contas satélites.

O guia apresenta os dois métodos comumente utilizados para inferir o valor do trabalho de produção de serviços para uso próprio: o método de saída (*output*) e o de entrada (*input*), estes, apesar de suas diferenças, usam basicamente os mesmos elementos – consumo intermediário; impostos menos subsídios à produção, consumo de capital fixo (ou depreciação) e excedente operacional líquido - e podem se reforçar na comparação dos resultados.

O método *output* calcula a produção através do número de unidades produzidas vezes o preço equivalente à realização da atividade no mercado, se subtraído o consumo intermediário obtemos o valor bruto adicionado, que ao subtrair o consumo de capital fixo (nesse caso, podendo ser representado pela depreciação de algum eletrodoméstico que otimize a utilização do tempo de trabalho), outras taxas sobre a produção, o retorno de capital e, somando-se a estes, outros subsídios sobre a produção, obteremos o valor (remuneração estimada) atribuído ao trabalho. Para visualizar melhor:

Valor dos produtos (quantidade x preço) à preços equivalentes de mercado	
(-) consumo intermediário	
= Valor Bruto Adicionado	(-) consumo de capital fixo
(-) outras taxas sobre a produção	(-) retorno de capital
(+) outros subsídios sobre a produção	
= Valor imputado ao insumo trabalho	

Porém, a utilização desse método esbarra em limitações na realização do cálculo, pois possui dados limitados quanto ao volume de produção, além da dificuldade em estabelecer preços de mercado que se encaixem na produção para autoconsumo, portanto, não é o método mais utilizado, apesar de ser uma opção no caso de ausência de pesquisa de uso do tempo, quando utilizado em combinação com o método input.

Fazendo o caminho inverso, o método *input* visa atribuir valor monetário diretamente ao trabalho, ou seja, busca um trabalho mercantil que se assemelhe ao realizado na produção doméstica não remunerada, através de uma abordagem de custo.

Valor imputado ao insumo trabalho	
(+)	(-)
outras taxas de produção	outras subsídios sob:
(+) consumo de capital fixo	(+) retorno de capital
= Valor Bruto Adicionado	
(+) consumo intermediário	
= Soma dos custos (valor do produto)	

A imputação do valor econômico das atividades domésticas pode ser feita pela utilização dos conceitos de custo de oportunidade ou custo de substituição. Onde no primeiro, a taxa salarial do emprego remunerado do indivíduo é utilizada no cálculo para valorar a produção para uso próprio, assume-se que o tempo gasto em um setor é visto como tempo que poderia ser gasto em outro setor. E no segundo, calcula-se quanto o indivíduo receberia de acordo com a média salarial de trabalho mercantil semelhante ao que ele executa sem receber remuneração.

Inseridas no conceito de custo de substituição existem duas variantes: *especializado*, em que a taxa salarial vai variar de acordo com a atividade executada, levando em consideração a realização de atividades distintas no serviço doméstico (de um ponto de vista prático, é improvável encontrar atividades mercantis que substituam todas as atividades domésticas produtivas); *geral*, utiliza a taxa salarial de uma empregada doméstica, por ser a profissão que mais se assemelha com o trabalho doméstico.

No mais, o Guia recomenda que a mensuração da produção seja realizada através do método de insumo – por possuir disponibilidade de informações sobre trabalho, capital e outros materiais; e o valor do trabalho seja estabelecido pela abordagem de custo de substituição geral, com uma taxa salarial apropriada.

4.3 O caso brasileiro

No Brasil, a produção de dados estatísticos que reflitam de maneira confiável o cenário macroeconômico do país passou a ser discutida a partir dos anos 1990, isso inclui a representação estatística sobre o trabalho doméstico não remunerado. No ano de 1992, a PNAD incorpora algumas questões sobre o tempo de deslocamento e sobre os afazeres doméstico, que em 2001, evoluíram para perguntas relativas ao tempo médio dedicado aos afazeres domésticos.

Ainda no ano de 2001, surge na área acadêmica a primeira aplicação sistemática da metodologia de pesquisas sobre uso do tempo, em um estudo subnacional¹¹ coordenado pela professora Neuma Aguiar, baseado em uma estratégia de levantamento de material empírico que envolve três estágios: (1) criação de um sistema classificatório das atividades; (2) registro de atividades desenvolvidas pelos moradores a cada 15 minutos; (3) distribuição de um diário de campo por domicílio, que seria respondido por um dos moradores da casa, indicando o horário de início e conclusão de cada atividade de todos os membros da casa. (PEREIRA; OLIVEIRA; ROTENBERG, 2018)

Após a criação do GTEG em 2006, discussão a respeito da produção de dados que correspondem ao uso do tempo do cidadão brasileiro ganhou força, assim como em outros países da América Latina, já em 2007 o IBGE sediou o I Seminário Internacional sobre pesquisas de Uso do Tempo a fim de introduzir os estudos do tempo no país. No ano seguinte, foi criado o Comitê de Gênero e Uso do Tempo (CGUT) com o objetivo de estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise das informações estatísticas oficiais brasileiras.

No ano de 2009, o IBGE realizou uma pesquisa piloto em cinco estados brasileiros (Pará, Pernambuco, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul) -, simultaneamente à PNAD - em uma subamostra de aproximadamente 10.092 domicílios (24,6% da amostra total), trazendo de modo inédito nos institutos de pesquisa brasileiros o modelo de diário. (IBGE, 2012)

Assim, a pesquisa foi realizada utilizando dois instrumentos de pesquisa: o Diário de Uso do Tempo - instrumento de apoio - e o PDA (Personal Digital Assistant) - instrumento principal, a fim de estabelecer como é dada a organização do tempo do cidadão brasileiro, para tal, foi sorteado um morador com idade acima de 10 anos por casa e um dia da semana (contemplando todos os dias da semana igualmente). O diário foi entregue ao morador sorteado para registrar o tempo dedicado a todas as atividades ao longo das 24 horas do dia, e era dividido em intervalos de 15 minutos, conforme figura:

¹¹ *Múltiplas temporalidades de referência: análise dos Usos do Tempo entre grupos domésticos na população de Belo Horizonte.*

Figura 4 - Diário de Uso do Tempo

Horário		Atividade número	O que você está fazendo?	Onde? Registre um dos seguintes códigos: (1) - Em casa (2) - No trabalho / na escola (3) - Em outro local	Com quem? Registre um dos seguintes códigos: (1) - Sozinho (2) - Com moradores do domicílio (3) - Com não moradores do domicílio	O que mais você está fazendo neste horário?
De	até					
06:00	— 06:15		↓	↓	↓	↓
06:15	— 06:30	4	<i>preparando refeição</i>	1	1	<i>ouvindo noticiário</i>
06:30	— 06:45	5	<i>tomando café</i>	1	2	↓
06:45	— 07:00	6	<i>tomando banho</i>	1	1	
07:00	— 07:15	7	<i>vestindo criança</i>	1	2	
07:15	— 07:30	8	<i>levando criança para escola</i>	3	2	<i>ouvindo música</i>
07:30	— 07:45	9	<i>indo para o trabalho</i>	3	1	↓
07:45	— 08:00		↓	↓	↓	↓
08:00	— 08:15	10	<i>trabalhando</i>	2	3	
08:15	— 08:30		↓	↓	↓	
08:30	— 08:45		↓	↓	↓	
08:45	— 09:00		↓	↓	↓	
09:00	— 09:15	11	<i>intervalo para cafezinho</i>	2	1	<i>no banheiro</i>
09:15	— 09:30	12	<i>trabalhando</i>	2	3	
09:30	— 09:45		↓	↓	↓	

Fonte: Manual de Entrevista, Biblioteca IBGE.

No dia seguinte ao preenchimento do diário foi realizada a entrevista presencial com perguntas sobre a percepção subjetiva do entrevistado a respeito do seu próprio tempo, e o diário foi recolhido, conforme dados eram transcritos ao PDA na presença do informante. Esse formato de pesquisa encontrou alguns empecilhos na sua execução, dentre os quais, alto custo de execução devido à utilização de diários, dificuldade na seleção de moradores e dias da semana, falta ou atraso no retorno do entrevistador para *entrevista do dia seguinte*, negativas de resposta e diários incompletos. (MOREIRA; MOSER, 2019)

Dos diários utilizados, 53,1% foram considerados válidos, com o registro de 102.835 atividades¹² no total, o que permitiu estabelecer um panorama sobre o tempo médio por dia dedicado às atividades principais das pessoas de 10 anos ou mais, por Unidade da Federação. Devido ao papel inovador que a Pesquisa Piloto sobre Uso do Tempo exerceu sobre as estatísticas brasileiras (constituindo uma promissora base de dados), foram criadas expectativas sobre a possibilidade de desenvolvimento de novas iniciativas de coleta de dados, porém ficou limitado à realização da primeira.

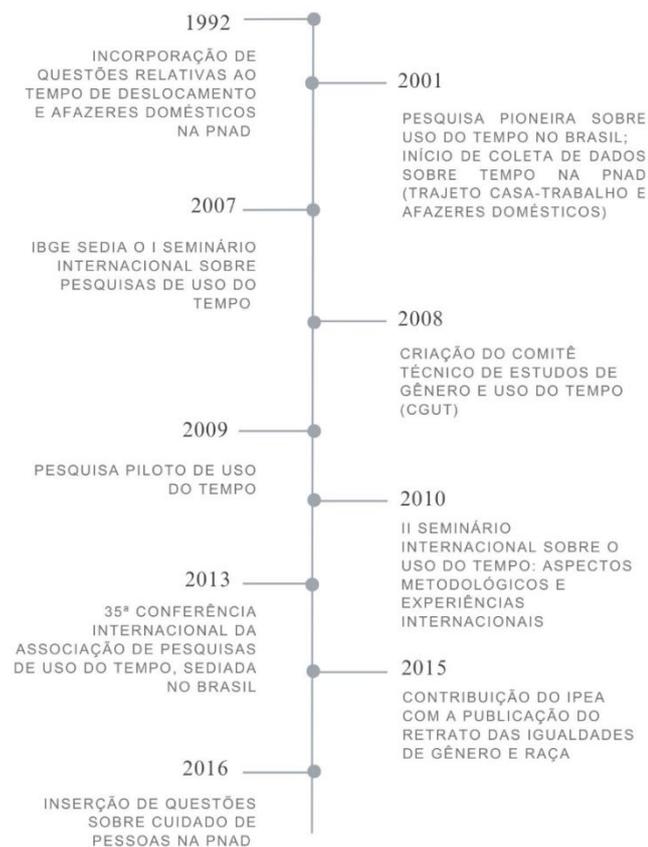
Em 2010, IBGE sediou o II Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo: Aspectos Metodológicos e Experiências Internacionais, no qual foram discutidos os avanços e

¹² Divididas em: trabalho, afazeres domésticos, cuidado de pessoas da família, estudo, socialização, presença a eventos/locais culturais, de entretenimento e esportivos, jogos, passatempos e hobbies, atividades físicas e prática de esportes uso de meios de comunicação de massa, cuidados pessoais (exceto dormir) e dormir.

desafios de pesquisas sobre Uso do Tempo e seus reflexos nas políticas públicas, especialmente as políticas de gênero.

A 35ª Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo (International Association for Time Use Research – IATUR) foi realizada no ano de 2013, no Rio de Janeiro, e auxiliou na ampliação das discussões sobre uso do tempo na América Latina, além de contribuir com o conhecimento sobre dados e estágio de análise em inúmeros países.

Figura 5 - Linha do tempo: pesquisa de uso do tempo no Brasil



Elaboração da autora

Em 2015, o Ipea publicou em parceria com a SPM e a ONU mulheres o *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, expondo um panorama geral com dados do período de 1995 a 2015 que permitem avançar no diagnóstico das condições de vida de mulheres e negros no país, auxiliando na formulação de políticas públicas mais focalizadas. Apresentando dados como: deslocamento de casa ao local de trabalho; número de horas na jornada de trabalho principal; e número de horas dedicadas, em casa, aos afazeres domésticos, a partir do

cruzamento com outras variáveis, como o número de filhos, condição de atividade e ocupação, posse de bens duráveis. E no ano de 2016, as questões relativas ao cuidado foram separadas das relativas aos afazeres domésticos na PNAD.

A tabela 2 apresenta a alocação média de tempo dedicado ao trabalho remunerado, não remunerado e à carga total de trabalho, total e por sexo. Com base nos dados expostos avalia-se que as mulheres têm uma carga total de trabalho - tempo dedicado ao mercado de trabalho e ao trabalho doméstico - superior à dos homens: trabalham, em média, 7,5 horas a mais que os homens. Além de participar mais das tarefas não remuneradas e menos do mercado de trabalho em relação aos homens: 23,64% do trabalho total dos homens destinam-se ao trabalho não remunerado, enquanto a porcentagem no caso das mulheres é de 45,7%. Pode-se observar, ainda, as distinções por região do país; área de residência; situação de pobreza; cor/raça.

No ano de 2021, as professoras Hildete Pereira de Melo e Lucilene Morandi publicaram um estudo¹³ propondo a discussão da incorporação de um indicador social do trabalho não pago ao SCN brasileiro, através da criação de uma Conta Satélite. Para tanto, faz-se necessária a utilização de dados de pesquisas de uso do tempo, que fará um rastreamento do tempo gasto em atividades específicas através de perguntas.

Estariam então incluídas atividades como: manutenção da residência (preparação de comida, compras, serviços de reparos, serviços financeiros, uso de transportes); cuidado de pessoas (crianças, idosos, outros, transporte relacionado); desenvolvimento pessoal (educação e formação); e atividades de voluntariado. Atividades como: cuidados pessoais; ócio e entretenimento não seriam contabilizadas.

O objetivo principal desse estudo é propor uma metodologia para calcular a parcela de geração de riqueza do trabalho não pago em relação ao PIB, de forma semelhante ao levantamento de informações de atividades incorporadas ao SCN. Conforme a equação 1, o valor de produção não mercantil das famílias será calculado como a soma do trabalho não pago em valor corrente e do valor do serviço dos bens de consumo duráveis.

$$PIBFam_t = VTNR_t + VSBD_t \quad (1)$$

Baseando-se no método de entrada (*input*) com a estimação do valor trabalho estabelecida pelo custo de substituição geral. Assim, o preço atribuído à “contratação” do serviço será igual ao produto do custo médio da hora de trabalho (com impostos inclusos), do

¹³ *Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica.*

tempo médio anual de horas trabalhadas e da população com 15 anos ou mais, como demonstra a equação 2:

$$VTNR_t = CMeT_t \cdot \frac{HMe}{dia} \cdot 365 \cdot Pop_{15+} \quad (2)$$

O valor do serviço dos bens de consumo duráveis é igual ao produto do índice de preços para bens de consumo duráveis; do estoque líquido de bens de consumo duráveis e da soma das taxas de retorno e de depreciação, conforme equação 3:

$$VSBD_t = IPBD_t \cdot ELBD_t \cdot (TR_t + D_t) \quad (3)$$

Existem algumas limitações na realização de cálculos com dados obtidos empiricamente, no caso das pesquisas de uso do tempo as autoras pontuam que, (1) com base nas experiências realizadas, o formato da pesquisa deve permitir a contabilização de mais de uma atividade ao mesmo tempo, para evitar que haja subestimação do valor e dos bens produzidos pela atividade doméstica; (2) a utilização de lista de classificação de atividades para auxiliar é contraditória, estudos mostram que ao disponibilizá-la o número de respostas é maior, porém, simplifica as decisões e torna as categorias mais subjetivas; (3) estabelecem que o valor do trabalho deve corresponder à renda, já que não são incluídos custos relativos à contratação de mercado (como previdência, seguridade e outros).

Tabela 2 - Alocação média do tempo (semanal) dedicado ao trabalho remunerado, não remunerado e carga total de trabalho, total e por sexo - Brasil (2015)

	Tempo total de trabalho			Feminino			Masculino		
	Remunerado*	TDNR**	Carga total de trabalho	Remunerado	TDNR	Carga total de trabalho	Remunerado	TDNR	Carga total de trabalho
Total Brasil	38,3	19,7	49,3	34,9	24,5	53,6	40,8	10,9	46,1
Regiões									
Norte	37,0	18,7	47,2	32,6	23,4	50,8	39,7	10,7	44,9
Nordeste	35,7	21,4	47,3	31,9	26,0	52,7	38,5	11,3	43,3
Sudeste	39,4	19,6	50,2	36,4	24,4	54,2	41,7	10,9	47
Sul	39,6	18,2	50,9	36,3	23,1	54,6	42,2	10,4	48
Centro-Oeste	39,4	18,5	49,7	35,8	23,0	53,3	42	10,3	47,1
Área de residência									
Urbana	39,1	19,5	49,9	36,3	24,0	54,1	41,4	10,9	46,7
Rural	33,7	21,1	45,8	25,8	27,0	50,5	38,1	10,7	43,1
Situação de Pobreza									
Extremamente pobres	27,0	23,5	50,5	20,7	28,4	49,2	31,2	12,5	43,7
Pobres	29,1	23,3	52,4	22,6	28,2	50,8	33,5	11,0	44,5
Vulneráveis	37,4	21,0	58,4	33,0	25,8	58,8	40,4	11,0	51,4
Não Pobres	39,6	18,0	57,6	37,0	22,4	59,4	41,7	10,7	52,4
Cor/raça									
Branca	39,1	19,4	49,8	36,1	24,0	60,0	41,5	10,6	52,6
Negra	37,6	20,0	48,9	33,8	24,9	58,7	40,3	11,1	51,3

Fonte: Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, IPEA. Elaboração da autora.

*Na ocupação principal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto – e ao longo da pesquisa que resultou no presente trabalho, foi possível constatar o enorme esforço teórico dispendido para compreender o trabalho de reprodução como uma atividade fundamental; além disso, note-se que todo esse esforço só foi viabilizado porque acompanhado de uma militância política, no âmbito dos movimentos feministas, com a tentativa de desvencilharem-se da execução “obrigatória” de tarefas domésticas através da entrada no mercado de trabalho e em busca dos direitos daquelas que escolhem esse trabalho, propondo discussões e implementações de políticas de visibilidade que resultaram nos avanços vivenciados ao longo da história.

Por outro lado, observa-se distinção considerável entre os grupos marginalizados e os grupos privilegiados, principalmente no que se refere à utilização do tempo, onde, a própria estrutura do sistema econômico tende a manter a posição de privilégios de alguns, se considerado que a quantidade de horas diárias é limitada, forçando a população a decidir como deve alocar o recurso tempo, e em muitos casos constrói uma estrutura que impede a capacidade de decisão, onde se impõe a jornada dupla (ou tripla) àqueles que não podem pagar pela terceirização desse serviço.

Apresenta-se então, uma dicotomia entre corpos “eficientes” (com disponibilidade de tempo para formação, trabalho remunerado, lazer e cuidados pessoais) que possuem a capacidade de decisão quanto à alocação do tempo; e corpos exaustos (consequência histórica da exploração de grupos específicos) que estão quase predestinados a seguir um padrão em que se perpetua a face da categoria explorada, que com baixos salários e longas jornadas de trabalho não são capazes de escolher como seu tempo será disposto ao longo das 24 horas diárias. Capta-se, portanto, que apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer em direção à igualdade.

A constatação da situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro – considerando a sua importância na reprodução social – no período estudado foi impactante, visto que a partir dos dados apresentados foi possível visualizar redução da carga horária feminina (em quase 10 horas semanais) destinada ao trabalho reprodutivo ao passo que as mulheres passaram a ocupar mais espaço no mercado de trabalho.

Fato esse, que não ocorreu devido a uma divisão mais justa do trabalho doméstico, nem a uma maior atribuição de responsabilidade às instituições públicas e ao Estado, e sim porque as indústrias viram nisso uma oportunidade de aumentar seus lucros investindo na criação de produtos que reduzam o tempo gasto nas atividades domésticas.

Resgatando o problema proposto pelo trabalho inicialmente, com base na pesquisa realizada conclui-se que o trabalho reprodutivo e de cuidado não apenas pode ser mensurado, como a sua não mensuração causa distorções na análise macroeconômica ao não corresponder com a contabilização da produção geral da economia.

Ademais, a visão simplista de que o trabalho reprodutivo está reduzido apenas à opressão doméstica, desconsiderando a relação com a exploração que o capital exerce sobre ele, contribui com negligência do Estado que, nesse caso, não realiza sua função de prover a garantia dos direitos individuais e coletivos para os indivíduos que nele se encontram, ou seja, de promover todas as ações necessárias para o bem comum.

As possibilidades abertas para a mensuração do trabalho de cuidado e reprodução social podem ser consideradas um ganho importante, visto que materializam a discussão sobre a produtividade desse trabalho através da valoração monetária, tirando-o da invisibilidade. Dessa forma, torna possível a criação de políticas públicas, que devem ser feitas através do rastreamento dos pontos fracos do serviço público que podem ser úteis no auxílio à otimização do tempo. Por exemplo: saúde, transporte público, creches, cozinhas comunitárias, etc.

A elaboração desse trabalho está atrelada à esperança de que esse tema seja introduzido aos institutos de pesquisa através da realização de pesquisas de uso do tempo e incorporação de indicadores sobre o trabalho doméstico não remunerado – fundamentais para a tomada de decisões no cenário macroeconômico.

Importante, aqui, indicar alguns temas que podem ser desenvolvidos a partir desse trabalho inicial:

- Organização do mercado de trabalho e regime previdenciário do trabalho doméstico: implicações que envolvem o estabelecimento de salário para as donas de casa;
- Como o trabalho de serviços gerais que envolve a limpeza, alimentação e cuidado no setor formal se relaciona com a insalubridade, a baixa remuneração e a precariedade dos direitos trabalhistas;
- Explorar a relação entre o consumo de eletrodomésticos e a entrada da mulher no mercado de trabalho; assim como a busca por alimentos de preparo rápido e como isso pode impactar na saúde das famílias;
- Impactos da distribuição do tempo em famílias monoparentais: políticas públicas que devem ser concebidas especificamente para essa população (formada tipicamente por mulheres, como o presente trabalho tentou demonstrar);
- Particularidades do trabalho reprodutivo na América Latina; e utilização de mão de obra migrante de países em desenvolvimento no setor de cuidado e serviços domésticos nos

países desenvolvidos: implicações para os direitos humanos e para normas internacionais do trabalho.

Por fim, sugere-se a inclusão acadêmica desse tema dentro de uma cadeira específica sobre economia do cuidado ou em outra de abordagem mais ampla como economia feminista ou economia da mulher, por exemplo. Inicialmente como cadeira eletiva e, posteriormente, considerar a possibilidade de incorporá-la como cadeira obrigatória em currículo de cursos mais pluralistas/heterodoxos.

REFERÊNCIAS

- ARAYA, M. J. **Un acercamiento a las encuestas sobre el uso del tiempo con orientación de género**. Santiago de Chile: Cepal - Unidad Mujer y Desarrollo, 2003.
- ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. SOS Corpo. Recife, 2014.
- BANDEIRA, L. M.; PRETURLAN, R. B. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. **Uso do Tempo e Gênero**. UERJ, Rio de Janeiro: 2016, p. 43-60.
- BARAJAS, M. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. **Uso do Tempo e Gênero**. UERJ, Rio de Janeiro: 2016, p. 21-42.
- BHATTACHARYA, T. “What is Social Reproduction Theory?”. **Socialist Worker**, 2013. Disponível em: <<http://socialistworker.org/2013/09/10/what-is-social-reproduction-theory>>. Acesso em 05/09/22.
- BRUSCHINI, M. C. A. “Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos”. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-2007.
- CASTRO, S. Dossiê | O que é o feminismo decolonial? Revista Cult, 2020. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-o-que-e-o-feminismo-decolonial/>>. Acesso em 16/02/2023.
- DATAFOLHA. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 3ª edição, 2021.
- D’INCAO, M. A. Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERGUSON, S. **Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction**. London: Pluto Press, 2019.
- FONTOURA, N. et al. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. In: **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v 12, n 1, junho 2010.
- FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.

FURNO, J. C. **O Trabalho das Mulheres: entre a produção e a reprodução social**. Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), IFCH - Unicamp, 2015.

GELINSKI, C. R. Ortiz; PEREIRA, R. “Mulher e trabalho não remunerado”. **Mulher e Trabalho**. FEE, Porto Alegre, n.5, p.79-88, 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GUROVITZ, E. **Gênero e Pauperização das mulheres**. São Paulo: FGV, 2003.

HIRATA, H. O Trabalho de Cuidado - comparando Brasil, França e Japão. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, p. 53-64, 2016.

IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas: 2020**, Coordenação de Cadastros e Classificações. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. **Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009 Primeiros Resultados**. 12º Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/decimo_segundo_forum/uso_tempo_2009.pdf>. Acesso em: 31/05/2023.

IBGE. **Sistemas de Contas Nacionais Brasil, 1990-1995, 1997**, v. 1; PNAD, 1992, e microdados de 2002/06.

JESUS, J. C. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

LASLETT, B.; BRENNER, J. “Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives”. **Annu. Rev. Sociol.**, p. 381-404, 1989.

MACHADO, L. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing uma orientação aplicada**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARX, K; FRIEDRICH, E. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845-1846].

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital: Livro 2. O processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; SABBATO A. Di. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000300006>>. Acesso em 05/07/23.

MELO, H. P. de; MORANDI, L. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 1 (71), p. 187-210, 2021a.

MELO, H. P. de, & MORANDI, L. (2021). A Divisão Sexual do Trabalho no Contexto da Pandemia. **Revista Trabalho Necessário**, p. 105-125, 2021b. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.45884>>. Acesso em 13/02/23.

MELO, H. P.; SERRANO, F. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, N. (Org.). **Gênero e ciências humanas: desafio às Ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Record, 1997. p. 137-159.

MENA, I. Verbete Draft: o que é a Economia do Cuidado. Draft, 2020. Disponível em: <<https://www.projetodraft.com/verbeta-draft-o-que-e-economia-do-cuidado/#:~:text=O%20que%20realmente%20%C3%A9%3A%20Economia,meio%20em%20que%20est%C3%A3o%20inseridas>>. Acesso em 13/08/22.

MENDES, I. O. O Trabalho Doméstico Feminino e a Produção Capitalista: um debate na New Left Review. **Revista Multiface**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, 2017.

MOREIRA, T. A.; MOSER, L. Políticas públicas e as pesquisas sobre o uso do tempo no enfrentamento das desigualdades de gênero. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 117-134, 2019. DOI: 10.5433/1679-4842.2019v22n1p117. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/36803>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

NORDHAUS, W. New directions in national economic accounting. **American Economic Review**, Nashville, Tenn. American Economic Association, v. 90, n. 2, p. 259-263, 2000.

OIT, **Organização Internacional do Trabalho**. Prestação de cuidados: trabalho e profissões para o futuro do trabalho digno. Genebra, OIT, 2019.

OXFAM, **Tempo de Cuidar** - O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade, 2020.

PEREIRA, A. V.; OLIVEIRA, S. S; ROTENBERG, L. **A autoconfrontação com o próprio tempo como perspectiva analítica no estudo das relações entre o tempo e a saúde**. Ciênc. saúde coletiva, vol. 23, nº 7, Rio de Janeiro, jul. 2018.

PEREIRA, B. C. J.; FONTOURA, N. O.; PINHEIRO, L. S. **Economia dos Cuidados: Marco Teórico-Conceitual**. Rio de Janeiro: IPEA, Relatório de Pesquisa, 2016.

RAMOS, D. P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(3), p. 861-870, 2009.

RUAS, R. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, p. 379-412, 2020.

SOUZA, A. O uso do tempo como medida da qualidade urbana. **R. Adm. Públ.**, Rio de Janeiro, 6 (1), p. 51-75, 1972.

STANCKI, N. **Divisão Sexual do Trabalho: a sua constante reprodução**. In: I Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia, PUC-SP. 2003. São Paulo: 2003. Disponível em: < <https://bitly.com/IrtxChT> >. Acesso em 04/09/22.

VELAZCO, J.; VELAZCO J. Estimativa do Valor Econômico do Trabalho Não Remunerado: Uma Aplicação para o Peru. In: **Uso do Tempo e Gênero**. UERJ, Rio de Janeiro: 2016, p. 139-166.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

VOGEL, L. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983]

EDUARDA DE LUCENA MIRANDA RIBEIRO SOARES

**A ECONOMIA DO CUIDADO E O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL:
discussões conceituais e reflexões sobre o caso brasileiro recente**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 20/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins
(Orientador)
NG/CAA/UFPE

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa
(Examinador Interno)
NG/CAA/UFPE

Econ. Rodolfo Guimarães Regueira da Silva
(Examinador Externo)
PPGSS-CCSA/UFPE